

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO**

- 1.1. Fornecimento e instalação de cofres fortes blindados com fechadura de retardo de tempo, incluindo assistência técnica “on site”, com reposição de peças, componentes e acessórios.
- 1.2. Quantidades

Região	Quantidade a ser solicitada
Norte	25
	25

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 2.1. Cofres blindados de alta segurança para a guarda de valores, com blindagem química, construído a partir de chapas de aço, com enchimento em concreto, dotado de proteção contra ataques de ferramentas térmicas e mecânicas (a exemplo de maçaricos e marretas), equipado com fechaduras mecânicas, para utilização em Agências e Postos de Atendimento, atendendo às especificações mínimas neste documento.
- 2.2. Em função dos direitos da propriedade intelectual ou industrial dos fabricantes de cofres blindados de alta segurança, toda e qualquer adequação ou complementação desta especificação técnica, dos seus processos produtivos ou das matérias-primas utilizadas, será de inteira e total responsabilidade do contratado.
- 2.3. Toda e qualquer alteração ou adequação às especificações técnicas constantes neste documento somente poderá ser efetuada após consulta e autorização formal da fiscalização técnica da CAIXA.

3. DA SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA**3.1 Cofre Forte**

- 3.1.1 Não será necessária a apresentação de amostra para verificação do cumprimento das disposições deste Termo de Referência, quanto ao funcionamento dos equipamentos ofertados.

3.1.2 À licitante que apresentar o menor preço será solicitada a apresentação de laudo técnico emitido por laboratório creditado nacional e internacionalmente.

3.1.3 O laudo técnico deverá ser apresentado à CAIXA no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias corridos, mediante justificativa detalhada da licitante e análise/autorização da CAIXA, contados a partir da data de entrega dos equipamentos na entidade avaliadora, observando obrigatoriamente:

- ser elaborado em papel timbrado da entidade fornecedora;
- conter referência ao processo licitatório: Pregão Eletrônico yyy/202_;
- conter referência à marca, modelo e número de série dos equipamentos testados;
- estabelecer referência objetiva e expressa se os equipamentos atendem, atendem parcialmente ou não atendem as exigências do Edital;
- local e data;
- identificação e assinatura do responsável técnico.

3.2 Fechadura de Retardo de Tempo

3.2.1 À licitante que apresentar o menor preço será solicitada a apresentação de laudo técnico emitido por laboratório creditado nacional e internacionalmente.

3.2.2 O laudo técnico deverá ser apresentado à CAIXA no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias corridos, mediante justificativa detalhada da licitante e análise/autorização da CAIXA, contados a partir da data de entrega dos equipamentos na entidade avaliadora, observando obrigatoriamente:

- ser elaborado em papel timbrado da entidade fornecedora;
- conter referência ao processo licitatório: Pregão Eletrônico yyy/202_;
- conter referência à marca, modelo e número de série dos equipamentos testados;
- estabelecer referência objetiva e expressa se os equipamentos atendem, atendem parcialmente ou não atendem as exigências do Edital;
- local e data;
- identificação e assinatura do responsável técnico.

- 3.2.3 A critério da CAIXA, como condição para a adjudicação do objeto pelo(a) pregoeiro(a), a empresa com menor preço ofertado poderá ser instada a fornecer amostra, para teste em ambiente próprio para adjudicação do certame.
- 3.2.4 Após comunicação formal da CAIXA, o licitante, além das documentações exigidas neste edital, deverá encaminhar a amostra do equipamento ofertado ao endereço informado no comunicado, para os testes a serem realizados, em até 5 dias úteis.
- 3.2.5 O equipamento disponibilizado enquanto amostra deverá ser entregue com:
- 3.2.6 O(s) catálogo(s) em português ou a especificação técnica fornecida pelo fabricante do(s);
- 3.2.7 Equipamento(s) e manuais, contendo todas as recomendações técnicas para instalação;
- 3.2.8 Documento abrangendo as características ambientais, elétricas e físicas completas.
- 3.3 O laudo técnico da amostra analisada deverá ser apresentado à CAIXA no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias corridos, mediante justificativa detalhada da licitante e análise/autorização da CAIXA, contados a partir da data de entrega dos equipamentos na entidade avaliadora, observando obrigatoriamente:
- ser elaborado em papel timbrado da entidade fornecedora;
 - conter referência ao processo licitatório: Pregão Eletrônico yyy/202_;
 - conter referência à marca, modelo e número de série dos equipamentos testados;
 - estabelecer referência objetiva e expressa se os equipamentos atendem, atendem parcialmente ou não atendem as exigências do Edital;
 - local e data;
 - identificação e assinatura do responsável técnico.
- 3.4 O equipamento ofertado será reprovado se, durante a etapa de análise e homologação, for verificado que o licitante não atendeu às exigências contidas nas especificações obrigatórias estipuladas neste Termo de Referência, não cabendo, portanto, quaisquer pedidos de perdas e danos à CAIXA.
- 3.5 A recusa em disponibilizar a amostra do equipamento ofertado para análise e emissão do laudo técnico exigido implicará na desclassificação da proposta.

- 3.6 No caso de ocorrer desclassificação, será convocado o licitante seguinte conforme a ordem definida na correspondente etapa do certame, e assim sucessivamente, até que algum atenda às exigências do instrumento convocatório.

4. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

4.1. Cofre-forte

- 4.1.1. Cofre blindado de alta segurança para a guarda de valores, com blindagem química, construído a partir de chapas de aço, com blindagem de 70 mm, para utilização em agências e Postos de Atendimento.
- 4.1.2. Deverá possuir as seguintes dimensões nominais (valores mínimos aproximados):

TIPO	DIMENSÕES (M)		
	ALTURA	LARGURA	PROFUNDIDADE
MÉDIO	1,2	0,65	0,55

5. CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS COMUNS

- 5.1. Nas características construtivas descritas a seguir, se um dado valor de medida é seguido por um equivalente em outra unidade de medida assinalado entre parênteses, o segundo valor é somente uma indicação aproximada; o primeiro valor expresso é o requisito a se considerar.
- 5.2. **Gabinete**
- 5.2.1. Deverá possuir a superfície do corpo externo fabricado em chapa de aço SAE 1010/1020 com espessura mínima de 3 mm (1/8").
- 5.2.2. Deverá possuir a superfície do corpo interno fabricado em chapa de aço SAE 1010/1020 com espessura mínima de 1,9 mm.
- 5.2.3. Ao corpo externo e interno deverão ser soldados, internamente, pinos de diâmetro mínimo de 12,7 mm (1/2"), perfis do tipo "Z" ou ganchos, com distância máxima, entre si, de 150mm, para propiciar uma ancoragem das chapas metálicas ao composto aglomerado utilizado na blindagem (adotar uma das opções).
- 5.2.4. Deverá possuir reforços internos nos cantos ao redor da porta para dificultar a sua deformação quando sob ataque, fabricados em chapa de aço SAE 1010/1020 com no mínimo 5 mm de espessura.

- 5.2.5. Deverá possuir blindagem de composto aglomerado em todas as faces e fundo de, no mínimo, 100 Mpa com espessura de pelo menos 65 mm, com adição de fibras de aço (fitilhos) referência Dramix RC-65/35-BN da Belgo Mineira ou similar, com uma dosagem de 30 Kg/m³ (quilograma por metro cúbico) de concreto, totalizando uma blindagem, de face a face, com espessura de, no mínimo, 70mm.
- 5.2.6. O proponente deverá fornecer, quando da realização dos testes, laudo certificando a qualidade do composto aglomerado utilizado, emitido por laboratório reconhecido e especializado para este fim.
- 5.2.7. Deverá possuir blindagem química do tipo sufocante, em todas as faces e no fundo, com espessura mínima de 10mm, que suporte temperaturas ambientes de até 90°C sem derreter-se.
- 5.2.8. O composto utilizado na blindagem química deverá atender às indicações contidas no Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105), conforme Decreto n. 3.665, de 20 de novembro de 2000.
- 5.3. **Porta**
- 5.3.1. Deverá possuir superfície externa fabricada em chapa de aço SAE 1010/1020 com espessura mínima de 6,35 mm (1/4”), faceando o quadro frontal do gabinete.
- 5.3.2. Não deverão existir folgas entre as arestas da face externa da porta e as bordas do quadro frontal do gabinete superior a 1,5 mm, em qualquer dos seus 4 (quatro) lados.
- 5.3.3. A chapa da superfície externa deverá possuir, internamente, pinos de diâmetro mínimo de 12,7 mm (1/2”), perfis do tipo “Z” ou ganchos, com distância máxima, entre si, de 150mm, a ela soldados para propiciar uma ancoragem dela no composto aglomerado utilizado na blindagem (adotar uma das opções).
- 5.3.4. Deverá possuir blindagem de composto aglomerado de, no mínimo, 100 Mpa com espessura de pelo menos 40 mm, com adição de fibras de aço (fitilhos) referência Dramix RC-65/35-BN da Belgo Mineira ou similar, com uma dosagem de 30 Kg/m³ (quilograma por metro cúbico) de concreto, totalizando uma blindagem, de face a face, com espessura de, no mínimo, 70mm (não considerada a área para a instalação dos sistemas de travamento).
- 5.3.5. Na blindagem de aglomerado deverá haver adições de peças (“nuggets”) de óxido de alumínio (“corindon”) de dureza de 9 MOHS, na região ao redor da fechadura.
- 5.3.6. Deverá possuir almofada interna construída em chapa de aço SAE 1010/1020 de 3,0 mm (1/8”) fixada com cordões contínuos de solda MIG (solda contínua).

- 5.3.7. Almofada interna deverá possuir uma tampa removível construída em chapa de aço SAE 1010/1020 com espessura de no mínimo 1,9 mm, fixada com parafusos tipo Allen ou Torx.
- 5.3.8. Deverá possuir ainda, uma chapa intermediária construída em aço SAE 1010/1020 de, no mínimo, 12,7 mm (1/2”), sobre a qual estará alojado todo o mecanismo de travamento.
- 5.3.9. Deverá possuir blindagem química do tipo sufocante, com espessura mínima de 10 mm, que suporte temperaturas ambientes de até 90° C sem derreter-se. O composto utilizado na blindagem química deverá atender às indicações contidas no Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105), conforme Decreto n. 3.665, de 20 de novembro de 2000.
- 5.3.10. Deverá possuir um sistema de encaixe do tipo “macho-e-fêmea” ao longo de toda a extensão da porta, no lado das dobradiças, entre o corpo do gabinete e ela, de tal modo que se mantenham perfeitamente encaixadas as partes quando fechado o cofre.
- 5.3.11. Deverá possuir mecanismo de *relocker*, do tipo auto-blocante, com acionamento direto quando pressionado, posicionado ao redor dos mecanismos de acionamento das fechaduras, para garantir, em caso de ataques, o travamento imediato da porta.
- 5.3.12. O mecanismo de *relocker* deverá ter, no mínimo, 03 (três) travas Construídas em aço 1020, tratado termicamente, de diâmetro mínimo de 12,7 mm (1/2”) e instaladas na porta de modo assimétrico.
- 5.3.13. Deverá possuir chapa de proteção das fechaduras, localizada entre as chapas da face externa e a intermediária, construída em aço-liga de manganês ou aço tratado térmica ou quimicamente para conferir-lhe alto grau de dureza, na espessura mínima de 6,35 mm (1/4”).
- 5.3.14. Deverá possuir, também, um sistema redundante de proteção das fechaduras do tipo caixa de esferas ou roletes, temperados, com dureza mínima de 55 HRC, montados sobre placa de aço de alta dureza de, pelo menos, 3.0 mm de espessura.
- 5.3.15. Todos os parafusos utilizados na montagem dos mecanismos de travamento, *relockers*, fixação de peças, bases e demais dispositivos deverão ser constituídos de aço cementado, temperado por indução e revenido, do tipo Allen ou Torx;
- 5.3.16. Deverá haver possibilidade de substituição da porta do cofre em casos de ataques/incidentes, de forma que o gabinete (corpo) existente seja aproveitado, devendo a porta substituída seguir todas as especificações citadas neste documento.

5.3.17. As soldas de união das barras e a de fixação ao corpo do cofre, deverão ser do tipo MIG, em ambos os lados, sendo que a solda da lateral da barra voltada para o lado da porta deverá estar depositada sobre chanfro, permitindo o fechamento livre da porta.

5.3.18. As soldas de união das barras e a de fixação ao corpo do cofre, deverão ser do tipo MIG, em ambos os lados, sendo que a solda da lateral da barra voltada para o lado da porta deverá estar depositada sobre chanfro, permitindo o fechamento livre da porta.

5.4. Dobradiças

5.4.1. Deverão existir 02 (duas) dobradiças fabricadas em aço, sendo que as dobradiças fixas deverão estar fixadas entre a chapa externa e interna do cofre, com solda contínua e dimensionamento apropriado ao peso da porta, com diâmetro mínimo de 19 mm (3/4"), apoiados em esfera de rolamento com diâmetro entre 16/18 mm, alojadas nas partes inferiores das dobradiças.

5.4.2. As dobradiças deverão permitir a abertura plena da porta, de forma suave e segura, de 180°, isenta de folgas.

5.5. Sistema de Travamento (Ferrolhos)

5.5.1. Do lado da abertura da porta deverão ter, no mínimo, 03 (três) ferrolhos móveis horizontais, uniformemente distribuídos, além de 02 (dois) ferrolhos móveis verticais superiores e 02 (dois) ferrolhos móveis verticais inferiores, todos com um diâmetro mínimo de 32 mm (1 ¼") e penetração mínima de 25 mm, todos acionados, simultaneamente, pela alavanca externa da porta.

5.5.2. Os ferrolhos deverão ser niquelados e cromados com uma camada total de, no mínimo, 20 microns.

5.5.3. O mecanismo tipo excêntrico (CAME) de acionamento dos ferrolhos (travamento) deve ser todo construído em aço SAE 1010/1020 com espessura mínima de 6,35 mm.

5.5.4. As peças de fixação dos ferrolhos deverão ser fabricadas em aço SAE 1010/1020 de, no mínimo, 6,35 mm (1/4") de espessura.

5.5.5. Os ferrolhos deverão ser solidamente aparafusados às peças do seu mecanismo, não sendo aceitáveis as fixações deles por soldagem.

5.5.6. As folgas acumuladas entre os ferrolhos e suas sedes não deverão permitir que, quando a porta esteja fechada e trancada, a folga entre ela e seu batente seja superior a 1 mm.

- 5.5.7. O eixo do mecanismo de acionamento do ferrolho, interno à porta, deverá ser construído em aço SAE 1010/1020 e possuir uma estricção de sua seção transversal que permita sua quebra ou ruptura com um torque de 300 a 350 Kgf.cm em caso de ataque.
- 5.5.8. As dimensões do volante deverão ser compatíveis com as características construtivas do cofre, com diâmetro aproximado de 15 cm, de sorte a possibilitar o destravamento e abertura da porta de forma suave e segura.
- 5.5.9. Quando do acionamento do sistema de travamento, no ponto de contato entre o batente do cofre e a porta, deverá conter material com a função de amortecer o impacto excessivo.

5.6. **Fechaduras**

5.6.1. **Fechaduras mecânicas**

- 5.6.1.1. Deverão existir 02 (duas) fechaduras mecânicas tipo tubular ou fechadura de gorja, providas de 02 (duas) chaves idênticas, que sejam certificadas, com base em normas para fechaduras mecânicas de segurança, por instituição internacional de renomada e reconhecida capacitação técnica, como por exemplo, UL ou VDS, ou por instituição devidamente credenciada pelo Inmetro.

5.6.2. **Fechaduras de retardo**

- 5.6.2.1. Deverá possuir fechadura de retardo de tempo com auditoria *in loco* ou remota. Esta deverá:
- Permitir a realização de auditoria *in loco* ou remota e a emissão de relatório contendo as anomalias constatadas, tais como: data, horário, período que permaneceu aberta/fechada, usuário;
 - Possibilitar programação de abertura em horários preestabelecidos, sendo que o tempo mínimo admitido para o seu destravamento deve ser de 10 (dez) minutos;
 - Possibilidade de programação para longos períodos, não permitindo, em hipótese alguma, qualquer alteração na sua programação que viabilize a sua abertura antes do tempo estabelecido;
 - Não possuir senha máster;
 - Tempo de retardo de, no mínimo, 10 minutos;
 - Consistir em tranca eletrônica microprocessada de retardo horímetro, funcionando como inibidor de ocorrência;

- Possuir senha para cadastramento de usuários e senha de operação, possibilitando a troca de senha quando da transferência de responsabilidade para outro empregado;
- Possibilitar programação de abertura e fechamento com data e hora preestabelecidos;
- Dispor de teclado digital, instalado no lado externo da porta para registro da matrícula e senha do usuário;
- Dispor de visor para identificação da programação efetuada diariamente, permitindo que se tenha informações precisas do seu funcionamento;
- Possibilitar acerto de hora e data somente no período de janela (tempo programado para que o cofre fique aberto);
- Possuir senha de coação;
- Possibilitar bloqueio a distância;
- Possuir filtro de eventos irregulares no aplicativo por usuário; e
- Possibilidade de comunicação via modem/rede.

6. CARACTERÍSTICAS ACESSÓRIAS

- 6.1. No compartimento interno deverão existir 04 (quatro) prateleiras ajustáveis e removíveis, espessura de 1,9 mm ou bitola 14, com regulagem de altura a cada 50 mm, construídas em chapas de aço SAE 1010/1020. O sistema de regulagem deverá ser do tipo coluna recortada, sendo que as mesmas só poderão ser removidas com a porta aberta.
- 6.2. Deverão possuir dutos embutidos independentes para a instalação de sensores, alarmes e cabos de sinal ou de comunicação com saídas apropriadas colocadas na face exterior do cofre.
- 6.3. Cada cofre deverá possuir sua base preparada para fixação ao piso.
- 6.4. Cada cofre deverá vir acompanhado de seu manual, redigido em português, com todas as informações necessárias à sua operação, instalação, manutenção e conservação pelo usuário.

7. TRATAMENTO E ACABAMENTO DAS PEÇAS

- 7.1. Todas as superfícies das chapas de aço utilizadas na fabricação do gabinete, portas, mecanismos, prateleiras etc., deverão ser limpas, decapadas e desengraxadas imediatamente antes da pintura. O mesmo tratamento se aplicará às demais peças de aço carbono não tratadas térmica ou quimicamente, tais como perfis, arames, vergalhões, parafusos, porcas, arruelas etc.

- 7.2. A pintura das partes metálicas, tanto as aparentes quanto as que permanecerão ocultas após a fabricação e instalação do cofre, deverá ser feita após a aplicação de uma camada de primer anticorrosivo e deverá ter seu acabamento final (textura, cor e brilho) semelhante ao padrão CORAL, *language colors* - referência 9078.
- 7.3. A pintura das peças metálicas deverá permitir retoques manuais, a pincel ou “spray”, fora da fábrica, em função de danos causados à pintura do cofre durante seu transporte e instalação ou ainda, no futuro, pelo seu desgaste e uso.
- 7.4. Todas as demais peças metálicas que não requeiram pintura, deverão ter seu tratamento superficial adequado tais como zincagem, niquelagem, cromagem, cadmiagem, anodização etc., considerando-se sua utilização, manuseio e tempo de vida útil sem sofrer ataques precoces de corrosão.
- 7.5. A inspeção final não aceitará defeitos de acabamento tais como ausência, sobre ou sub-aplicação de camadas, escorrimentos, falhas, bolhas ou assemelhados, bem como a existência de rebarbas, arestas ou cantos vivos, remendos, empenamentos, amassamentos e outras imperfeições superficiais que prejudiquem a proteção superficial do material ou do usuário ou a aparência e estética do cofre.
- 7.6. Não serão aceitos os reparos feitos em fábrica em que seja utilizada massa plástica corretiva, sob a pintura de acabamento, com o objetivo de corrigir imperfeições críticas de fabricação tais como empenamentos, amassamentos, remendos, trincas, rupturas, fissuras ou assemelhados.

8. GARANTIA

8.1. Cofres

- 8.1.1. Será exigida a garantia de 24 (vinte e quatro) meses contra defeitos mecânicos, construtivos e de materiais utilizados na fabricação e montagem do cofre.
- 8.1.2. Durante toda a vigência do período de garantia dos cofres, o fornecedor será também o responsável pela garantia de todos os seus componentes, mesmo que fabricados, montados ou instalados por terceiros, incluindo-se nesta as fechaduras e combinações mecânicas, à exceção da fechadura de retardo.

8.2. Fechaduras de retardo de tempo

- 8.2.1. Cada equipamento fornecido para a CAIXA deverá ter 12 (doze) meses de garantia de funcionamento, contados a partir da data de sua efetiva instalação, incluindo assistência técnica “on site”, compreendendo a substituição de peças, componentes e acessórios que apresentem defeito durante este período, sem qualquer ônus adicional para a CAIXA, obrigando-se a CONTRATADA a manter os

equipamentos permanentemente em perfeitas condições de funcionamento para a finalidade a que se destinam, na forma estabelecida neste Termo de Referência.

- 8.3. Durante o período de garantia, os custos com deslocamentos técnicos serão de responsabilidade do CONTRATADO.

9. ENTREGA DO MATERIAL

- 9.1. Para preservar a integridade do produto quanto a eventuais choques durante o transporte, deverão ser utilizados, pelo menos, os seguintes materiais, devendo os mesmos ser retirados após a instalação do equipamento:

- Engradado de madeira, paletizado;
- Manta acrílica ou plástico-bolha, tamanho médio (aprox. 10mm);
- Papelão ondulado;

- 9.2. Os cofres deverão ser entregues completamente acabados e prontos para instalação, tudo conforme o estabelecido neste documento.

- 9.3. O CONTRATADO é responsável pela entrega dos cofres nas Unidades da CAIXA desde a saída até o destino no interior da Agência (tesouraria).

- 9.4. O CONTRATADO deverá prover o que for necessário (munck, guincho, patinha, recursos humanos) para o deslocamento do cofre até o local apropriado na Agência (tesouraria ou caixa-forte).

- 9.5. As Agências não devem ter despesas para a recepção do cofre, exceto se houver necessidade de remoção de divisórias ou portas para passagem do cofre.

- 9.6. Eventuais danos causados na estrutura física das Unidades por ocasião da entrega e instalação do cofre serão de responsabilidade do CONTRATADO.

9.7. Prazo de execução/entrega

- 9.7.1. A entrega dos equipamentos nos locais definidos pela CAIXA deverá ser efetuada no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da formalização do pedido pela CAIXA à CONTRATADA.

- 9.7.2. A instalação dos equipamentos nos locais indicados pela CAIXA deverá ser efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da data da entrega dos equipamentos.

10 ALINHAMENTO COM A RESPONSABILIDADE SOCIAL

10.1 É exigido do contratado:

- a. Uso de equipamentos de proteção coletiva na execução dos serviços, obediência à legislação sobre segurança e saúde no trabalho;
- b. Não manutenção de emprego/ trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos;
- c. Não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como não utilização de práticas discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;
- d. Observância da reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da previdência social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação;
- e. Manutenção de conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no código de conduta do fornecedor CAIXA.

11 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- 11.1 Esta contratação possui Grau de Criticidade em Segurança da Informação Baixo.
- 11.2 A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>).
- 11.3 A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.
- 11.4 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.

- 11.5 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.
- 11.6 A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.
- 11.7 A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.
- 11.8 A CONTRATADA deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.
- 11.9 A CONTRATADA deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.
- 11.10 A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.
- 11.11 A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado.
- 11.12 A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.
- 11.13 A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CAIXA qualquer descumprimento às cláusulas acima.
- 11.14 CLÁUSULAS ESPECÍFICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – GRAU DE CRITICIDADE BAIXO OU MÉDIO
- 11.14.1 A CONTRATADA deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da CAIXA assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, anexo.
- 11.14.2 A CONTRATADA deve enviar, anualmente, à CONTRATANTE a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, disponível no Portal Licitações CAIXA, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregados(s) e colaborador(es).

11.14.3 A CONTRATADA deve realizar ou contratar, treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, abordando no mínimo o seguinte conteúdo:

- i. conhecimento da política de segurança da informação da empresa CONTRATADA e da CAIXA, mencionada no item 11.2;
- ii. uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso;
- iii. proteção de dados e privacidade – LGPD – direitos do titular dos dados;
- iv. proteção de dados e privacidade – LGPD – responsabilidades do controlador, operador e do agente de tratamento dos dados;
- v. uso seguro de dispositivos;
- vi. uso seguro de e-mails;
- vii. uso seguro de soluções em nuvem;
- viii. uso seguro de redes sociais e comunicadores instantâneos;
- ix. adoção da política de “mesa limpa”, “tela limpa” e “impressora limpa”;
- x. formas defensivas contra phishing e smshing;
- xi. formas defensivas contra códigos maliciosos recebidos em dispositivos;
- xii. formas defensivas contra engenharia social;
- xiii. formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na CAIXA;
- xiv. vazamento de dados e proteção de senhas;
- xv. metodologia e princípios da Privacy by Design e Secure by Design.

11.14.4 O treinamento referido no item 11.14.3 será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima semestral de 04 horas.

11.14.5 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 11.14.3.

11.14.6 A CONTRATADA deve apresentar semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre anterior, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela CONTRATADA.

11.14.7 A CONTRATADA deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da CONTRATANTE, enquanto empresa pública e instituição financeira.

11.14.8 A CONTRATANTE poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da CONTRATADA, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.

11.14.9 A CONTRATADA deve solicitar formalmente autorização para subcontratação de serviços, cabendo a CONTRATANTE autorizar ou não.

- 11.14.10 Em caso de concretização de subcontratação de serviços, previamente autorizada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá enviar notificação mandatória sobre o fato à CONTRATANTE.
- 11.14.11 A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores:
- 11.14.11.1 Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI, conforme item 11.14.3, no último semestre dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
- 11.14.11.2 Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, previsto no item 11.14.1, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
- 11.14.12 O não atendimento pela CONTRATADA de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, implicará na aplicação das sanções previstas no contrato.
- 11.14.13 Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que tenham sido fornecidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em até 5 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela CONTRATANTE.
- 11.14.14 No encerramento/extinção do contrato a CONTRATADA se compromete a executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a CONTRATANTE ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente.